

NESTA EDIÇÃO:

**ACEITAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO E DISTINÇÃO
FACE A ALGUMAS FIGURAS PRÓXIMAS – UM OLHAR
À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS**



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E *COMPLIANCE*

• RDAI 28

ANO 8 • n. 28 • jan./mar. • 2024

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 8 • ISSUE 28 • Jan./Mar. • 2024

CONSTITUCIONALIDADE DA AUTORIZAÇÃO E DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O
FUNCIONAMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA POR INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL – <i>EDITORIAL LINE</i>	9
APRESENTAÇÃO – <i>INTRODUCTION</i>	13
INTRODUCTION – <i>APRESENTAÇÃO</i>	17
1ª SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO	
SECTION 1 – ADMINISTRATIVE LAW	
A) TEORIA GERAL	
A) GENERAL THEORY	
Teoria jurídica da justiça	
<i>Legal theory of justice</i>	
RICARDO MARCONDES MARTINS	27
B) REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	
B) LEGAL AND ADMINISTRATIVE SYSTEM	
Garantia da lei e da ordem no direito brasileiro	
<i>Guarantee of law and order in Brazilian law</i>	
VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA.....	81
C) INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO SOCIAL	
C) STATE INTERVENTION IN THE SOCIAL DOMAIN	
Constitucionalidade da autorização e do chamamento público para o funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de ensino superior	
<i>Constitutionality of the authorization and public call for the operation of an undergraduate course in medicine by a higher education institution</i>	
ANDRÉ SADDY	117

O dever fundamental de proteção do patrimônio público, pelas startups, por meio da preservação de dados obtidos nas parcerias contratuais com o Estado

The fundamental duty to protect public assets, by startups, through the preservation of data obtained in contractual partnerships with the State

ADRIANO SANT'ANA PEDRA e HORÁCIO AUGUSTO MENDES DE SOUSA..... 151

D) CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

D) ADMINISTRATIVE CONTRACTS

A perda do lucro ilegítimo no contrato administrativo nulo

Disgorgement of unlawful profit in the null and void administrative contract

ALEXANDRE DITZEL FARACO..... 173

E) DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

E) ADMINISTRATIVE SANCTIONING LAW

As organizações da sociedade civil e a Lei de Improbidade Administrativa

The third sector civil society entities and the Administrative Improbability Act

AUGUSTO NEVES DAL POZZO e SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA..... 193

2ª. SEÇÃO – DOUTRINA ESTRANGEIRA

SECTION 2 – FOREIGN DOCTRINE

Integridade e inovação no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos: o caso da Entidade para a Transparência no ordenamento português

Integrity and innovation in the performance of political positions and senior public positions: the case of the Entity for Transparency in the Portuguese law

ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ..... 209

Aceitação do ato administrativo e distinção face a algumas figuras próximas – Um olhar à luz do direito português

ACCEPTANCE OF THE ADMINISTRATIVE ACT AND DISTINCTION COMPARED TO SOME CLOSE FIGURES – AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF PORTUGUESE LAW

SANDRA LOPES LUÍS..... 249

Finanzas sostenibles y administración pública <i>Sustainable finances and public administration</i>	
FELIPE ROTONDO e GUILHERME FERREIRA GOMES LUNA.....	285
The Mexican regime for hydrocarbon contracts <i>O regime mexicano para contratos de hidrocarbonetos</i>	
LUIS J. BÉJAR RIVERA, CARLOS A. VILLANUEVA MARTÍNEZ, JOSÉ LUIS HERRERA VACA e JOSÉ IVÁN SÁNCHEZ ALDANA MORALES.....	311

3ª. SEÇÃO – ENTREVISTA

SECTION 3: INTERVIEW

Entrevista com Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	
ENTREVISTADORES: AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS.....	377

4ª. SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

SECTION 4: RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW

Discricionariiedade administrativa e controle judicial <i>Administrative discretion and control by the judiciary</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	405
Do ato administrativo e suas características <i>Regarding the administrative act and its characteristics</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	423
Terrenos de marinha aforados e o poder municipal <i>Marine lands allocated to private individuals and the municipal administration</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	447

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA	463
---	-----

PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES	465
---	-----